



## Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

### **O FINAL DA IDADE DO BRONZE NO CENTRO-OESTE PENINSULAR: A CONTRIBUIÇÃO DO RIBATEJO NORTE.**

FÉLIX, Paulo Jorge Soares

Ano: 1999 | Número: 109a

---

#### **Como citar este documento:**

FÉLIX, Paulo Jorge Soares, O Final da Idade do Bronze no Centro-Oeste Peninsular: A Contribuição do Ribatejo Norte. *Revista de Guimarães*, Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999, p. 715-740.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# O Final da Idade do Bronze no Centro-Oeste Peninsular: a Contribuição do Ribatejo Norte

Paulo Jorge Soares Félix\*

Revista de Guimarães, Volume Especial, II, Guimarães, 1999, pp. 715-740

## 1. Breve perspectiva sobre a investigação do final da Idade do Bronze no centro-oeste da Península Ibérica

Até há bem pouco tempo, a investigação relativa aos finais da Idade do Bronze na região centro-ocidental da Península Ibérica foi enquadrada pela procura da realização de dois objectivos essenciais:

- (1), Em primeiro lugar, a classificação e a determinação das relações genéticas dos conjuntos de artefactos metálicos que abundam nesta região (Macwhite, 1951; Hawkes, 1952; Monteagudo, 1977; Kalb, 1980; Ruiz-Gálvez, 1984; Coffyn, 1985), levando, inclusive, à identificação por parte de André Coffyn (*Ibidem*, p. 267) de um suposto “grupo lusitano” da metalurgia atlântica;
- (2), Em segundo lugar, as questões respeitantes à caracterização da pretensa “Cultura de Alpiarça”, um universo cultural algo mais do que simplesmente arqueológico que teria, em determinado momento, integrado sob um mesmo conjunto de manifestações a praticamente todo o centro-oeste peninsular (Marques, 1972; Marques e Andrade, 1974; Spindler, 1981), ainda que este tema nunca tenha sido objecto de uma reflexão mais aprofundada.

Antes de prosseguir pensamos ser conveniente clarificar o que entendemos por “centro-oeste peninsular”, de molde a contextualizar-se devidamente a área em

---

\* INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR, Departamento de Gestão Turística e Cultural. Av. Cândido Madureira, 13, 2300 TOMAR - PORTUGAL. E-mail: pfelix@ipt.pt.

consideração. Assim, por região centro-oeste peninsular designamos todo o espaço compreendido, *grosso modo*, entre o Douro, a norte, o Tejo, a sul, o Atlântico, a oeste, e o corredor conhecido como *vía de la plata*, a leste, coincidindo, no essencial, com a proposta já antes feita por Marisa Ruiz-Gálvez (1993). Claro que estes limites não são absolutos, muito menos quando se pretende contextualizar manifestações arqueológicas pré-históricas, e o próprio registo arqueológico alerta-nos para o perigo que constitui fazer coincidir acriticamente delimitações geográficas mais ou menos arbitrárias com entidades culturais que, por natureza, não são unidades intrinsecamente discretas e imóveis, antes pelo contrário dinâmicas e interactivas. Com estas considerações queremos transmitir a noção de que, por muito que uma determinada “região” o seja num sentido geográfico, a partir do momento em que se elege para servir de suporte espacial a um qualquer programa de investigação, devemos entendê-la como delimitação operativa, suficientemente discreta para viabilizar operacionalmente a investigação, mas também suficientemente aberta de forma a que o investigador não seja impossibilitado de ver mais além.

A região centro-oeste da Península Ibérica recebeu recentemente a atenção de investigadores de distintas gerações e com diferentes formações, contribuindo todos eles –deixando de lado o valor relativo de cada uma das suas contribuições– para que hoje possamos ter um conhecimento da realidade arqueológica da transição entre o II e o I milénios a.C. que vai muito além de uma imagem que se caracterizava sob a forma de pontos num mapa, pontos representando os locais de recuperação (e por vezes nem isso!) de artefactos metálicos de variadas tipologias, composições e contextos de recuperação. Nem os poucos intentos de contextualização de mais largo alcance que alguns autores empreenderam (Almagro Gorbea, 1977; Kalb, 1980; Ruiz-Gálvez, 1984; Coffyn, 1985) conseguiram trazer mais luz ao assunto.

Este panorama começou a mudar em meados da década de 1980, fruto do desenvolvimento de programas de investigação devidamente estruturados a médio-longo termo (Raquel Vilaça na região centro-sul da Beira Interior e João Carlos de Senna-Martínez na área do Alto Mondego, neste caso um projecto não exclusivamente dedicado ao Bronze Final), que já permitiram a publicação de uma monografia valiosa

(Vilaça, 1995) e de trabalhos de síntese relativos à Beira Alta (Senna-Martínez, 1995<sup>a</sup>; 1995b), ou de intervenções pontuais em algumas estações, nomeadamente na área do Baixo Tejo (relembremos a importância que a escavação da estação da Tapada da Ajuda teve para uma primeira caracterização do final da Idade do Bronze na península de Lisboa), consubstanciadas em vários têtames de síntese regional (Cardoso e Carreira, 1993; Cardoso, 1994; 1995b; 1995c; 1996; Kunst, 1995; Senna-Martínez, 1995d). Não nos podemos esquecer, finalmente, das sínteses mais gerais, publicadas no âmbito de extensas colectâneas dedicadas à História de Portugal (Jorge, 1990; Silva e Gomes, 1992; Fabião, 1993; Calado, 1995), ou integradas em catálogos de exposições temáticas (Jorge, 1995; Alarcão, 1996), concretamente as realizadas em 1995 –*A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*, comissariada por Susana Oliveira Jorge– e 1996 –*De Ulisses a Viriato: o Primeiro Milénio a.C.*, de que foi comissário Jorge de Alarcão– no Museu Nacional de Arqueologia, dando origem a dois desenvolvidos catálogos, da máxima importância e utilidade a todos quantos estudam este período. Regista-se ainda a publicação, embora com um atraso considerável, das actas do colóquio *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Jorge, 1998), realizado em finais de 1995.

Lancemos agora um olhar mais cuidado sobre parte do acervo bibliográfico acima descrito, tendo em atenção, fundamentalmente, a forma como a informação disponível para cada caso foi transformada em dados analisáveis, como esses dados foram efectivamente analisados, como foi realizada a interpretação dos resultados e qual o alcance dessa interpretação em termos da explicação dos processos históricos envolvidos, partindo do pressuposto, discutível, é certo, mas por nós conscientemente aceite, da existência de uma distinção epistemológica entre Arqueologia como sistemática da cultura material e Pré-História como ciência teórica da cultura, portanto disciplina mais afim da Antropologia, tal como foi definida por Juan Manuel Vicent (1985).

Segundo este autor, a Pré-História e a Arqueologia partilham um mesmo objecto formal, ou sejam, os restos materiais das sociedades extintas (*Ibidem*, p. 64), diferenciando-se ao nível do objecto teórico, observável, por exemplo, na forma como ambas manejam o conceito de cultura: a Arqueologia conceptualiza-a num sentido

taxonómico, “como sinónimo de asociación tipológica persistente, es decir, con un sentido puramente clasificatorio y referido exclusivamente al repertorio material” (*Ibidem*, p. 65), definindo-se, desta forma, uma disciplina analítica que tem como objecto teórico nuclear o conceito de tipo e como finalidade última o isolamento, classificação e hierarquização dos tipos (*Ibidem*, p. 66); por outro lado, o conceito de cultura é maneado pela Pré-História em sentido antropológico, fazendo referência à “totalidad de los comportamientos de un grupo tanto en los aspectos materiales como sociales, religiosos, económicos, etc.” (*Ibidem*, p. 65), conformando uma disciplina sintética cujo objecto formal é o objecto teórico da Arqueologia (*Ibidem*, p. 71-72).

Neste sentido, entendemos que a definição e sistematização de culturas arqueológicas, conceptualizando esta categoria enquanto a “totalidad de contextos y materiales arqueológicos identificables como efectos de la transformación de la naturaleza, realizados por una determinada sociedad en un determinado rango temporal” (Bate, 1998, p. 121), constitui o objectivo último da ciência arqueológica, pressupondo necessariamente, ainda na linha de Juan Manuel Vicent (1985, p. 66), metodologias e atitudes epistémicas diferenciadas relativamente ao trabalho de síntese que é o campo da Pré-História, distinção que, na generalidade e na prática, não se faz, devido a dois factores principais: por um lado, a sobreposição e a simultaneidade observada entre tarefas analíticas (arqueológicas) e sintéticas, consequência de que, regra geral, arqueólogo e pré-historiador sejam a mesma pessoa; por outro lado, o tipo e conteúdos da formação de base da grande maioria dos arqueólogos/pré-historiadores portugueses, completamente falha, pelo menos até há poucos anos, de conteúdos teóricos das áreas da Antropologia, Filosofia da História e Filosofia da Ciência, lacuna que a formação avançada mais recente tem vindo a colmatar, não nos esquecendo dos esforços de natureza autodidacta que alguns dos nosso académicos foram obrigados a efectuar. Estes factores resultaram em que, com maior frequência que o desejável, as sínteses pré-históricas não sejam mais do que exposições, mais descritivas nuns casos, mais analíticas noutros, da cultura material das sociedades concretas em estudo, transformando-se culturas arqueológicas –com o sentido de sistematizações da cultura material –em culturas pré-históricas –conceptualizando-se a cultura como uma categoria

ontológica que reflecte propriedades objectivas da realidade social (Bate, 1998, p. 67), que, logicamente, não se esgotam nos seus componentes materiais.

A análise que se segue, muito sucinta por óbvias limitações de espaço, fundamenta-se, por conseguinte, na verificação da existência ou não da distinção atrás realizada, para além de prestarmos atenção a outros pormenores que consideramos importantes para a valorização crítica das diversas propostas.

Para a região centro-sul da Beira Interior, Raquel Vilaça apresentou recentemente a monografia resultante da investigação aí realizada durante uma década (Vilaça, 1995). Nesta obra, dividida em quatro partes, faz-se uma análise do ponto da situação respeitante ao estudo do Bronze Final na Beira Interior, discute-se o significado dos conceitos de Bronze Final e Bronze Atlântico, apresentam-se os critérios metodológicos que orientaram toda a análise dos materiais arqueológicos, descreve-se e analisa-se o registo arqueológico, interpreta-se e compara-se esse registo numa perspectiva intra e inter-regional e, finalmente procura explicar-se esta realidade arqueológica mediante a formulação de um modelo de organização sociopolítica que respondesse ao *porquê* desta realidade. Interessa-nos, para o nosso propósito, sobretudo, a terceira parte, já que as duas primeiras são dedicadas quase exclusivamente ao que designámos por sistematização da cultura material e a quarta apenas se compõe de apêndices analíticos particulares. E da terceira parte apenas nos debruçaremos pela sua parte final, do capítulo 1.5 em diante (*Ibidem*, p. 380-423).

Diz a autora que “o nível de organização sociopolítica e de desenvolvimento das forças produtivas indica que essa relação [entre os povoados e o meio em que se inseriam] seria, numa primeira fase, de natureza económica” (*Ibidem*, p. 380), razão pela qual o primeiro passo para uma compreensão do seu funcionamento e estruturação, no fundo, das relações de tipo horizontal e vertical entre os povoados, consistiria na realização de uma análise dos territórios de exploração respectivos. Os resultados não demonstraram a existência, para nenhum dos casos analisados, de “uma conexão causal entre a respectiva localização, a qualidade dos solos e os recursos aquíferos” (*Ibidem*, p. 388), no nosso entender, qualquer nexu determinístico entre a distribuição dos recursos potenciais e a localização, dificultando a aceitação de uma relação tão

linear entre a escolha de uma localização e factores económicos estritos. Desta forma, não entendemos o que a autora queria dizer quando afirmou que numa primeira fase (da vida dos povoados?) as relações entre a localização dos sítios de habitat e o território natural envolvente seriam de tipo económico, quando a análise dos territórios teóricos de cada um desses sítios parece demonstrar relações de outra natureza e não é possível, na verdade, falar em diferentes fases de apropriação do meio natural, mas numa única fase global ocorrida nos últimos momentos do II e iniciais do I milénio a.C.

A uniformidade detectada inviabilizou, do mesmo modo, a dedução de uma hierarquização do povoamento, concluindo a autora que, com base neste tipo de critérios de análise, essa inferência se tornou impossível (*Ibidem*, p. 391); apenas no Monte do Frade a qualidade e a diversidade dos materiais cerâmicos e metálicos e uma maior importância relativa do gado bovino parecem sugerir a existência de um personagem um pouco diferente dos demais (*Ibidem*, p. 391-392)<sup>1</sup>, sem que, contudo, se arrisque conferir ao povoado um estatuto sociopolítico mais elevado que os outros.

No entanto, dificilmente concebe para este período e para esta região uma rede de povoamento que não envolvesse um sistema político hierarquizado, apesar dos dados arqueológicos sugerirem o contrário, rejeitando o modelo mais clássico de hierarquização em lugares centrais e núcleos satélites em favor de um modelo de tipo linear policêntrico (*Ibidem*, p. 408). Refere que todos os núcleos de povoamento do centro e sul da Beira Interior funcionam como “peças fundamentais e complementares de uma rede regional que individualiza e distingue [a região] no contexto do Ocidente Peninsular” (*Ibidem*), corporizada através do “controlo e vigilância estratégica do espaço imediato ou longínquo” (*Ibidem*, p. 410) que permite a realização de uma cadeia de intervisibilidade destinada a abranger sob o seu domínio uma “zona de encruzilhada definida por dois eixos de âmbito peninsular” (*Ibidem*), o Tejo (ligando o Atlântico ao interior da Península) e o corredor norte-sul mais ocidental não litoral (conectando o

---

<sup>1</sup> Um personagem “com um estatuto particular, directamente envolvido na circulação do metal na Beira Interior (Vilaça, 1995, p. 392), um “agente de circulação do metal” (*Ibidem*, p. 429), conforme sugestão de Jorge de Alarcão; não pondo em causa que tais personagens de estatuto distinto provavelmente tiveram na organização da rede de produção, circulação e consumo de artigos metálicos durante o Bronze Final do Ocidente da Península Ibérica, custa-nos aceitar o qualificativo de “agente”, para nós reservado a contextos explicitamente comerciais, situação que, pelo menos para esta região da Europa, está longe de se encontrar demonstrada.

Atlântico e o Mediterrâneo, o estanho e o cobre, uma passagem que, partindo do Tejo e passando pelas baixas de Castelo Branco e Idanha, acederia à Beira Alta através da *Cova da Beira*). Deste modo, a região teria assumido, no final da Idade do Bronze, um papel fulcral em todo o complexo de relações intra-peninsulares, não só devido à sua riqueza em minérios altamente valorizados, mas também porque “dava passagem para outras [regiões], mais ricas, produtoras e/ou vocacionadas para o escoamento ‘internacional’ de produtos” (*Ibidem*, p. 412), uma região intermediária, uma “comunidade de passagem”, segundo a terminologia de Hirth (1978). Os modelos de ocupação territorial mais adequados a um tal panorama seriam um de distribuição em leque ou um de desenvolvimento dendrítico a partir dos pontos de passagem, pressupondo a existência de mecanismos de integração e controlo sociopolíticos, isto é, de lideranças (Vilaça, 1995, p. 412). O problema coloca-se agora ao nível quantitativo, mais do que qualitativo: reside em saber-se quantos chefes existiam na região, o mesmo é dizer, se o povoamento do Bronze Final se estruturava politicamente de uma forma vertical (estrutura dependente) ou horizontal (estrutura interdependente), partindo-se do princípio de que uma estrutura independente, completamente autárquica, não se coaduna com o registo observado. Assinala que “a existência de chefes na Beira Interior é comprovada pela presença de determinados *items de prestígio*” (*Ibidem*, p. 419), enumerando “‘estelas’, jóias de ouro, artefactos rituais e litúrgicos, artefactos de ferro, de âmbar e de vidro” (*Ibidem*), indicando uma estruturação do segundo tipo, com unidades políticas mais ou menos independentes que “mantêm essencialmente fortes relações horizontais entre si” (*Ibidem*, p. 412), unidades integradas em complexas redes de intercâmbio intra e inter-regional necessárias à reprodução das suas condições sociais de existência. O correlativo arqueológico por excelência desta complexidade sociopolítica é o artefacto metálico, indicador em simultâneo daquelas redes e das condições sociais que permitiram o seu estabelecimento e consolidação.

Em resumo, a síntese regional apresentada por Raquel Vilaça constitui um marco na historiografia da investigação do Bronze Final no Ocidente da Península Ibérica pela novidade de que se revestiu, principalmente ao nível da problematização do tema e do tratamento “pós-arqueológico” dos dados relativos à cultura material: aqui se

apresenta um modelo explicativo de um processo histórico concreto, fundamentado na discussão criteriosa dos indicadores arqueológicos, é verdade, mas fugindo ao facilitismo metodológico e à esterilidade teórica que enfermaram a maior parte dos estudos anteriores do mesmo género.

Para a região da Beira Alta, e mais concretamente para parte das bacias do Mondego e do Vouga, contamos já com um registo do panorama arqueológico referente aos finais da Idade do Bronze bastante sugestivo, faltando, no entanto, uma síntese mais aprofundada. As informações já disponíveis relativas à Senhora da Guia (Kalb, 1977; 1978; 1980; Silva, Silva e Lopes, 1984; Silva, 1986), Santa Luzia (Vaz, 1987; 1990), Cabeço do Crasto de S. Romão (Senna-Martínez, 1995<sup>a</sup>), Buraco da Moura de S. Romão (Senna-Martínez e Valera, 1995) e outros locais de habitat e funerários datados do Bronze Final (Kalb e Hock, 1979; Senna-Martínez, 1995b; Cruz, 1997b) foram objecto de somente duas breves sínteses, uma versando toda a diacronia correspondente à Pré-História recente (Senna-Martínez, 1995c), a segunda focando unicamente o período cronológico tema deste trabalho (Senna-Martínez, 1995b).

O Bronze Final da Beira Alta, designado por Senna-Martínez como *Horizonte Baiões-Santa Luzia*, parece revelar ao nível da cultura material uma continuidade geral relativamente ao período anterior (Bronze Pleno), observável particularmente na preservação de muitas das formas cerâmicas e da generalidade do instrumental lítico (*Ibidem*, p. 121). Contudo, existem sinais de profundas transformações ocorridas nos finais do II milénio a.C. ou na transição para o I, traduzíveis numa clara expansão do povoamento, na intensificação da produção agrícola e no desenvolvimento das actividades pecuárias, nomeadamente através da prática da transumância (Senna-Martínez, 1995c, p. 82); por outro lado, a integração destas comunidades num sistema económico mais lato, “incorporating the Atlantic and the Oriental spheres of commerce” (*Ibidem*, p. 87), teria provocado uma clara complexificação social e política, transformando uma sociedade basicamente conservadora, com processos de mudança lentos, numa outra socialmente estratificada e espacialmente hierarquizada num sistema de lugares centrais completados por uma série de núcleos secundários, comportando elites que consomem bens de prestígio e se fazem identificar através de simbologias e

práticas que lhes são estranhas (pelo menos numa primeira fase). Quais os indicadores, por excelência, desta mudança? Mais uma vez os artefactos metálicos, em bronze ou em ouro, indicadores que têm no depósito da Senhora da Guia o seu conjunto paradigmático. Para Senna-Martínez, a riqueza regional em estanho e ouro constituiu, nas suas palavras, “the *raison d’être* of the trading relations suggested by the circulation and local production of the Atlantic bronze models” (*Ibidem*, p. 84), apontando o Mondego como a mais provável via de escoamento dos produtos locais. O autor parece defender uma precedência da incorporação das comunidades locais no circuito comercial de metais relativamente às mudanças sociopolíticas e culturais naquelas operadas, especialmente quando tenta fazer crer que os momentos de máximo florescimento daquele circuito em território português são indissociáveis da expansão fenícia para Ocidente e do estabelecimento de “um interface para o escoamento da produção metalúrgica das áreas interiores” (Senna-Martínez, 1995b, p. 121) nas desembocaduras do Tejo e do Mondego. Ou seja, que o fundamental do desenvolvimento das comunidades do Bronze Final do Ocidente peninsular, tanto as do interior como as da por si denominada “Estremadura Atlântica”, se deve a um pretenso efeito catalizador da expansão comercial fenícia para o Mediterrâneo Ocidental e Atlântico, argumentação que tem como principais óbices a inexistência de materiais fenícios nos contextos do Bronze Final destas regiões<sup>2</sup> e o desfasamento cronológico que é evidenciado pelas datações radiométricas calibradas destes contextos relativamente ao que é aceite como empiricamente admissível para a mais antiga presença fenícia na Península Ibérica<sup>3</sup>, o que não invalida a possibilidade, aliás

<sup>2</sup> A hipótese sugerida, por exemplo, por Ana Margarida Arruda (1995, p. 24), de que a contrapartida fenícia aos metais recebidos das comunidades indígenas do interior teria consistido em produtos alimentares, nomeadamente vinho e azeite, carece de comprovação arqueológica mediante a exumação de testemunhos dos contentores utilizados, frequentes nos contextos da Idade do Ferro mas até à data ausentes dos do Bronze Final.

<sup>3</sup> O estabelecimento de feitorias fenícias na costa mediterrânica da Península Ibérica não parece ser anterior aos inícios do séc. VIII a.C., fazendo fé na datação relativa fornecida pela cultura material recolhida nos níveis mais antigos de Cádiz, Morro de Mezquitilla, Toscanos, etc. (Aubet, 1994; Arruda, 1995), existindo ainda outros dados que apontam para a inviabilidade de uma presença fenícia no Mediterrâneo Ocidental antes do séc. VIII a.C. (Arruda, 1995, p. 20-22). Mesmo as datações <sup>14</sup>C actualmente disponíveis para contextos coloniais ou orientalizantes não são contraditórias relativamente à datação tradicional (Aubet, 1994, p. 317-323, Ap. IV), excepto quando se tenta “esticá-las”, por conveniência argumentativa, até aos limites mais altos da baliza de calibração. Por outro lado, a cronologia absoluta da maioria dos contextos do Bronze Final do Ocidente peninsular parece apontar, cada vez mais decididamente, para momentos anteriores ao séc. VIII a.C., em

plausível, da manutenção de um povoamento com características sociopolíticas e económicas típicas do Bronze Final na Beira Alta durante algum tempo após a “orientalização” da fachada atlântica peninsular, embora não existam evidências, nem artefactuais nem cronológicas, da sua sobrevivência até à segunda metade do séc. VI a.C., como propõe o autor (*Ibidem*, p. 122).

Se o cenário na Beira Alta carece de uma elaboração mais aprofundada do já muito interessante acervo arqueológico, a região litoral do centro-oeste ibérico, entre a península de Setúbal e a foz do Vouga e entre o oceano e as “terras altas” do interior, revela um panorama muito mais incompleto e desequilibrado, tanto ao nível analítico como da produção de uma síntese abrangente. Nesta ampla região de charneira apenas a Baixa Estremadura nos pode fornecer alguns dados de alcance regional, fruto, sobretudo, de um trabalho de sistematização das informações disponíveis que tem vindo a ser realizado por João Luís Cardoso e colaboradores (Cardoso e Carreira, 1993; Cardoso, 1994; 1995b; 1995c; 1996). A norte da área de Lisboa-Sintra existem unicamente algumas informações relativas à região de Torres Vedras (Madeira *et al.*, 1972; Spindler, 1981). Para sul, para além dos já clássicos sítios da Roça do Casal do Meio (Spindler *et al.*, 1973-74) e da Lapa do Fumo (Serrão, 1959; 1970), a investigação tem-se reduzido à escavação do povoado fortificado de Chibanes, com resultados ainda por publicar. Na Beira Litoral apenas conhecemos razoavelmente os materiais do Bronze Final exumados durante os vários momentos de escavação de Conímbriga (Alarcão, 1975; Correia, 1993). Para nascente, subindo o Tejo, contávamos até há pouco tempo somente com as informações fornecidas pelas duas estações intervencionadas em Alparca (Kalb e Hock, 1988), com breves notícias relativas a intervenções arqueológicas

---

alguns casos para a transição entre milénios (Ruiz-Gálvez, 1995a; Castro, Lull e Micó, 1996), desconectando o florescimento da “rede atlântica” da presença fenícia no Ocidente. A hipótese de “proto-orientalização” (ou de “pré-colonização”, embora esta designação nos pareça aberrante), defendida, entre outros, por Martín Almagro Gorbea (1977; 1989), deverá ser, assim, conceptualizada como expressão de um processo mais complexo de interações envolvendo mais directamente o “mundo atlântico” e o “mundo mediterrânico”, independente de um pretenso “comércio silencioso” obra de navegadores fenícios em fase exploratória (Plácido, Alvar e González-Wagner, 1991, p. 155; Arruda, 1995, p. 20), na sequência da reorganização dos circuitos comerciais decorrente do colapso das sociedades palacianas do Bronze Final do Mediterrâneo Oriental, processo que se compreenderá melhor como o eclodir de uma situação de “comércio oportunista” entre ambos os extremos do Mediterrâneo e entre o extremo ocidental e a Europa atlântica, inferível arqueologicamente a partir da presença de artefactos “atlânticos” no Mediterrâneo Central e Oriental e de elementos “mediterrânicos” na Península Ibérica, tendo a Sardenha e a área central do território português, nomeadamente a Estremadura e a Beira Litoral, assumido papéis fulcrais no desenvolvimento desta rede de intercâmbios (Ruiz-Gálvez, 1993; 1995b).

que forneceram materiais enquadráveis nos finais da Idade do Bronze, nas áreas de Torres Novas (Gonçalves, 1972; Zilhão, Maurício e Souto, 1991; Carreira, 1996<sup>a</sup>; 1996b) e Tomar (Cruz e Oosterbeek, 1985; Lillios, 1991; Zilhão, 1992; Cruz, 1997<sup>a</sup>), com os achados metálicos de Alvaiázere (Coffyn, 1985) e Mação (Pereira, 1970) e, finalmente, as escavações, nunca publicadas de forma conveniente, efectuadas em Abrantes e Mação por M.A. Horta Pereira e Thomas Bübner (*Ibidem*; Bübner, 1996).

Debrucemo-nos agora sobre a região de Lisboa. A síntese mais recente data de 1996 e nela encontra-se expresso, ainda que de uma forma sumária, o modelo de organização sociopolítica e de explicação processual defendido por João Luís Cardoso para o Bronze Final regional (Cardoso, 1996) que, nas suas linhas mestras, não revela diferenças relativamente a propostas anteriores (Cardoso, 1995b; 1995c).

Não só do ponto de vista da cronologia e periodização, todo o modelo de João Luís Cardoso gira em volta dos resultados da escavação parcial do povoado, ou “casal agrícola”, da Tapada da Ajuda (Cardoso, 1995<sup>a</sup>), a única estação que forneceu, até ao momento, um conjunto coerente de datações absolutas (Cardoso e Carreira, 1993), complementado com dados procedentes de outros locais, de variada tipologia e cronologia. As datações acima referidas colocariam a Tapada da Ajuda na segunda metade do séc. XIV cal AC ou no decorrer do séc. XIII cal AC<sup>4</sup>, definindo-se, deste modo, um “Bronze Final I” regional (Cardoso, 1995c, p. 40) anterior à eclosão das cerâmicas decoradas com ornatos brunidos, inexistentes no repertório exumado no sector escavado da estação. Estas cerâmicas, aceites como a expressão de “influxos mediterrâneos, actuantes desde o século XI AC” (*Ibidem*), diagnosticariam uma segunda

<sup>4</sup> As datações radiocarbónicas ICEN-96, ICEN-97, ICEN-99, ICEN-100 e ICEN-184 dão-nos um intervalo de calibração combinado a  $2\sigma$  de 1420-1030 cal AC. Aceitando-se sob reservas a validade estatística do procedimento de determinação das densidades de probabilidade (Soares e Cardoso, 1995), obteríamos, para uma probabilidade de 75%, o intervalo 1370-1120 cal AC, e o intervalo 1320-1170 cal AC para uma probabilidade de 50%, o que não contradiz em definitivo a proposta de Cardoso (1995c, p. 40), mas que também a não confirma sem margem para qualquer dúvida, sabendo-se que se tratam apenas de indicações de maior ou menor probabilidade estatística, por isso existindo sempre hipóteses de que as verdadeiras datas se encontrem fora dos intervalos considerados ou que, dentro destes, possam assumir valores distintos daqueles julgados como prováveis. Relativamente à Tapada da Ajuda, nada nos garante que as datas de radiocarbono obtidas não se refiram a momentos ocorridos no séc. XV, no séc. XII ou no séc. XI a.C., restando ainda uma quase ínfima possibilidade de não se encontrarem incluídas nos intervalos de calibração. O que significa que, por muito bem datado que se julgue o contexto, serão sempre necessárias datações independentes de amostras provenientes de outros contextos similares, de preferência amostras tão boas como as obtidas na Tapada da Ajuda.

fase do Bronze Final na qual se afirmariam na paisagem uma série de povoados de altura, sinal de profundas transformações sociais e políticas.

Na primeira fase contaríamos com uma paisagem intensamente ocupada por “comunidades economicamente prósperas e socialmente a caminho de uma crescente complexificação” (Cardoso, 1996, p. 73), beneficiando, por um lado, das excelentes condições naturais da região, com solos férteis, boa exposição solar e facilidade de abastecimento hídrico, propiciando a disseminação de pequenos povoados formados por unidades de carácter unifamiliar, e, por outro lado, da particular posição geográfica que lhe permitiu, desde cedo, participar como elemento de charneira, ou “placa giratória”, no dizer de Kalb (1980), entre o Mediterrâneo e o Atlântico, entre o litoral e o interior, uma região à qual “corresponderia papel de grande relevância, como região intermediária, no comércio trans-regional de bens e produtos, cujas mais-valias viriam acrescer os benefícios económicos decorrentes da intensa exploração agrícola” (Cardoso, 1996, p. 74), de que a espada pistiliforme de Cacilhas seria testemunho arqueológico privilegiado.

Um progressivo enriquecimento destas comunidades viria acompanhado por uma crescente complexificação das relações sociais, no sentido da desigualdade e da estratificação dos diversos segmentos sociais, explicando-se, assim, a emergência dos povoados de altura, alguns fortificados, “onde se sediaria o segmento dominante da sociedade, em que pontificava a figura do ‘chefe’, rodeado da ‘elite’ guerreira que o acompanhava e, talvez, dos metalúrgicos, a quem cabia actividade de grande projecção económica” (Cardoso, 1995c, p. 44), competindo ao grosso da população, pastores e agricultores, residentes nos inúmeros “casais agrícolas” espalhados pelos territórios controlados pelos povoados de altura, “assegurar o sustento dos grupos sociais mais destacados socialmente” (*Ibidem*), configurando-se um sistema sociopolítico e económico de “guerreiros e camponeses” (Duby, 1980), com aqueles completamente desvinculados de uma participação directa nas actividades produtivas e estes condenados a uma vida de subordinação económica e social. O duplo enterramento da Roça do Casal do Meio reveste-se, nesta linha de argumentação, de uma importância paradigmática, testemunho mais evidente, lado a lado com o colar de ouro de Sintra, do

grau de hierarquização social atingido na etapa terminal do Bronze Final da região, mostrando todo um conjunto de indicadores (tipologia da construção, sexo dos inumados e mobiliário fúnebre de excepção) que levam o autor a sugerir tratar-se do local de enterramento de personagens de elevado estatuto social, muito provavelmente sacerdotes (estão ausentes as armas, caso contrário deveriam ser chefes militares ou guerreiros), evidenciando uma dupla função das elites do Bronze Final, uma militar, outra religiosa, qualquer delas fazendo parte das condições sociais de afirmação do poder (Cardoso, 1996, p. 75)<sup>5</sup>.

Um último olhar às propostas de explicação do processo histórico de finais do II e inícios do I milénio a.C. na região centro-ocidental da Península Ibérica revela-nos um panorama desigual, se não ao nível do volume de informação que o registo arqueológico sugere, pelo menos nos capítulos do tratamento sistemático dessa informação e da construção de um modelo de explicação processual: o centro/sul da Beira Interior apresenta-se-nos como a área onde ambos os temas de análise foram elaborados de uma forma mais conseguida; a Beira Alta, palco de um esforço de investigação notável nos últimos anos que não se resume ao Bronze Final, carece ainda

---

<sup>5</sup> Parece ser opinião isenta de controvérsia a atribuição de um estatuto social elevado, ou pelo menos distinto, aos inumados da Roça do Casal do Meio, residindo algumas diferenças no capítulo da outorgação de funções sociais específicas. Por exemplo, Jorge (1990, p. 244) e Fabião (1993, p. 107) não se arriscam a ir mais além do que realçar a presença de indivíduos de alto estatuto, sublinhando, é certo, a ausência de armas no contexto; utilizando este argumento como justificativo da não inumação de chefes militares ou guerreiros, Calado (1995, p. 142) propõe uma função de santuário e/ou sepultura para a construção e de “heróis ou santos” para os inumados; Marisa Ruiz-Gálvez (1995b, p. 145), apelando ao exotismo da construção e de parte do mobiliário fúnebre e às raízes mediterrânicas dos mesmos, sugere tratar-se do enterramento de estrangeiros, comerciantes, muito provavelmente sardos. Sem querer ir tão longe, parece-nos que existem três hipóteses muito plausíveis para a explicação deste contexto funerário *sui generis*: (1), os inumados eram realmente estrangeiros, de procedência provavelmente mediterrânica, podendo ter sido comerciantes ou indivíduos de elevado estatuto social relacionados com os segmentos dirigentes locais; (2), os inumados eram indígenas, de elevado estatuto social, envolvidos directamente na esfera do poder, fazendo-se enterrar num monumento de clara tipologia alógena, circunstância que, aliada ao uso de outros *items* exóticos, teria funcionado como estratégia de legitimação e reprodução da sua condição excepcional; (3), acreditando-se no desfasamento cronológico dos dois enterramentos sugerido pelos escavadores deste contexto (Spindler *et al.*, 1973-74), um dos inumados poderia ser estrangeiro, mediterrânico, talvez comerciante, personagem socialmente valorizado, fazendo-se inumar num monumento com uma carga simbólica perfeitamente coerente com as suas origens, tratando-se, neste caso, do enterramento mais antigo, enquanto que a segunda inumação pertenceria a um indígena, observando-se as condições expostas em (2). A ausência de armas não estranharia quando sabemos que estas ocorrem sistematicamente por toda a Europa Ocidental em deposições aquáticas ou em locais de passagem e nada nos garante que uma cerimónia fúnebre não pudesse ter sido composta por dois momentos distintos mas funcional e estruturalmente complementares e indissociáveis, de destruição física em locais ritual e simbolicamente adequados para o efeito, estando ambos os momentos integrados num mesmo e único programa de reivindicação do poder (Bradley, 1990).

da apresentação de propostas de sistematização da cultura material mais exaustivas, apesar de algo já ter sido dado à estampa, especialmente no domínio do repertório cerâmico, e da apresentação de um modelo explicativo mais abrangente e aprofundado; finalmente, na região litoral, compreendendo a Estremadura, o Ribatejo e a Beira Litoral, falta fazer quase tudo.

## **2. O Ribatejo Norte: historiografia da investigação arqueológica e ponto da situação relativamente ao final da Idade do Bronze em 1998**

A investigação arqueológica no Ribatejo Norte iniciou-se, como na generalidade das outras regiões do território português, em finais do século passado, sob a responsabilidade de alguns que integravam a geração pioneira da Arqueologia portuguesa (Jorge e Jorge, 1996), nomeadamente José Leite de Vasconcellos e António dos Santos Rocha. Podemos inclusive afirmar que, na linha de A.R. Cruz (1997<sup>a</sup>, p. 19), uma historiografia da actividade arqueológica regional, ainda que apresentando determinadas particularidades, não se poderá desligar do movimento mais amplo, de nível nacional, da história da Arqueologia portuguesa: na verdade, até há bem poucos anos, os protagonistas foram os mesmos.

Não é nossa intenção debater aqui esse percurso nem explicar as razões que o fundamentam, tarefa que, obviamente, é essencial para a Arqueologia Portuguesa e que, a diversos ritmos, se está concretizando. O que importa por agora é, tão-somente, apresentar e discutir sumariamente o impacto do desenvolvimento da investigação arqueológica na região ao longo destes cerca de 100 anos, particularmente ao nível da Arqueologia dos finais da Idade do Bronze.

Já havíamos apresentado em 1993, num artigo publicado numa revista de âmbito regional, uma primeira aproximação a esta temática (Félix, 1993, p. 242-244), assinalando um percurso dividido em quatro grandes etapas, esquema que, pese algumas diferenças de pouca monta, foi adoptado por outros arqueólogos (Cruz, 1997<sup>a</sup>; Oosterbeek, 1997). Seguimos aqui a mesma elaboração, com a diferença de apenas fazermos referência aos estudos e notícias que dizem directamente respeito ao tema deste trabalho.

A primeira etapa corresponde a um período de visitas e notícias esporádicas, centrado nos últimos anos do séc. XIX e nas primeiras décadas do presente século. É o período em que Leite de Vasconcellos e Santos Rocha visitam algumas estações ou noticiam achados dispersos nas publicações das quais eram fundadores ou directores<sup>6</sup>. Ao último se devem as primeiras informações respeitantes ao achado de artefactos metálicos na região de Alvaiázere –um fragmento de lâmina de um punhal de tipologia aparentada ao “Porto de Mós”, dois machados de bronze de tipo 36A de Monteagudo (1977) e um escopro (Rocha, 1899-1903; 1904). De data incerta, mas seguramente na primeira metade deste século, o investigador local Policarpo Marques Rosa oferece ao então Museu Etnológico de Lisboa um conjunto de espetos de bronze que se viriam a tornar, até aos nossos dias, nos referentes quase únicos sobre um possível povoamento pré-histórico na Serra de Alvaiázere (Coffyn, 1985, p. 214-215, Ch. 39, nº 86); esta hipótese já havia sido colocada por Leite de Vasconcellos quando, numa visita efectuada à Serra em 1895, informa ter visto “um grande espaço de terreno limitado por uma faixa de pedregulhos, que mostram ser resíduo de rude muralha” (Vasconcellos, 1917, p. 147), embora não lhe tivesse sido possível vislumbrar outras estruturas ou materiais arqueológicos.

Após um certo hiato, nos inícios da década de 1940 regista-se o retomar do interesse por esta região, com as primeiras escavações em duas das grutas do “arrife” da Serra de Aire, a Gruta da Nascente do Almonda (Nogueira, Vaultier e Zbyszewski, 1941; Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1947) e a Lapa da Bugalheira (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1942), continuado na década seguinte (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1957; Almeida e Ferreira, 1958), escavações que permitiram a identificação de um importante conjunto de materiais assignáveis ao Bronze Final, recentemente estudados de uma forma mais sistemática (Carreira, 1996<sup>a</sup>; 1996b).

Uma terceira fase abarcaria a década de 1970, com a publicação dos materiais das escavações realizadas 30 anos antes na Lapa da Bugalheira (Paço, Zbyszewski e Ferreira, 1971) e referência a outras grutas com interesse para a época

---

<sup>6</sup> Referimo-nos, como é sabido, ao *O Arqueólogo Português*, no caso de Leite de Vasconcellos, e ao *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, no referente a Santos Rocha.

em estudo, nomeadamente a Gruta da Marmota, Alcanena (Gonçalves, 1972). No vale do Nabão regista-se a elaboração do primeiro projecto de carta arqueológica (Castro, 1973).

A quarta etapa corresponde a um processo heterogéneo iniciado nos primeiros anos da década de 1980, englobando a execução de projectos plurianuais de incidência regional, do Paleolítico ao Romano (Lillios, 1991; Zilhão, 1992; Batata *et al.* 1993; Félix, 1993; 1997; Cruz, 1997<sup>a</sup>; Oosterbeek, 1997), a publicação de uma “carta arqueológica” (Batata, 1997<sup>a</sup>) e algumas intervenções pontuais em contextos de gruta do vale do Nabão, de que avultam, pela presença de níveis datáveis do Bronze Final, a Gruta da Avecasta, Ferreira do Zêzere (Mateus e Queiroz, 1984), cuja investigação foi recentemente retomada<sup>7</sup>, e a Gruta da Rexaldia, Torres Novas (Santos, 1985; 1987), que, infelizmente, ainda tem os seus resultados por publicar.

No seio de toda esta actividade, as informações respeitantes ao final da Idade do Bronze surgiram de uma forma quase residual, em especial no tocante aos resultados derivados das escavações empreendidas nas grutas do vale do Nabão e do “arrife” da Serra de Aire. Também os dados procedentes das escavações dirigidas por Katina Lillios no Agroal, Ourém (Lillios, 1991), em grande parte integráveis no Bronze Final, surgiram como que por acréscimo a um projecto cujos objectivos se prendiam mais com a caracterização e explicação da transição Calcolítico/Idade do Bronze do que com momentos mais tardios. E se a isto somarmos um certo número de colecções dispersas pelo Museu Nacional de Arqueologia, Museu Geológico, Museu Nacional Machado de Castro, Museu Municipal da Figueira da Foz, Museu de Abrantes e nas mãos de particulares, então sentimos como legítima a necessidade de sistematização de todo este conjunto díspar de informação.

### **3. Um projecto de investigação para o final da Idade do Bronze no Ribatejo Norte**

Iniciámos a tarefa apontada anteriormente em meados de 1993 com a apresentação de um projecto de investigação que se propunha caracterizar a ocupação

---

<sup>7</sup> Apraz-nos registar a apresentação e aprovação, no âmbito do *PNTA/98*, de um projecto de investigação para este sítio da máxima importância para a caracterização e compreensão da Pré-História regional.

humana na região nabantina na primeira metade do I milénio a.C., entendendo-se esta concretização temporal apenas com valor metodológico e significado conceptual (Félix, 1993, p. 242), referindo-se operacionalmente ao final da Idade do Bronze e à transição para a Idade do Ferro, no âmbito do qual integrámos aquela necessidade e procurámos obter novos dados que permitissem enquadrar todas as informações anteriores num modelo de ocupação do espaço e numa sequência cronológica mais fina. Nos quatro anos de desenvolvimento desse projecto lográmos a obtenção de um banco de dados já importante, referente ao povoamento do Bronze Final e da Idade do Ferro no Ribatejo Norte, em paralelo à realização de escavações nos povoados da Quinta da Pedreira, Abrantes (Félix, 1997; 1999) e da Serra de Alvaiázere.

A alteração do quadro legal decorrente da criação do Instituto Português de Arqueologia e das filosofias e políticas que governavam a actuação do organismo estatal que superintende a actividade arqueológica em Portugal, implicou o término de todos os projectos em vigor e a apresentação de novas candidaturas. Neste sentido, sujeitámos a apreciação um novo programa de estudos, de maior alcance geográfico, estratégico e metodológico, envolvendo investigadores de distintas formações e procedências<sup>8</sup>.

Este projecto tem como objectivo central a construção de um modelo de explicação (ou modelos alternativos, no espaço e no tempo, se for caso disso) para a ocupação do espaço regional durante o final da Idade do Bronze, o mesmo é dizer, como se formou, desenvolveu e terminou essa ocupação e como se processou a transição para momentos que, cultural e historicamente, poderão ser já considerados da Idade do Ferro. Temos a vantagem de contar com um registo arqueológico praticamente inédito, mas também estamos cientes de que esta vantagem é relativa pois não podemos contar com referentes independentes de valor regional, para além daqueles que procedem de outras regiões do território português já minimamente estudadas que confinam com o Ribatejo Norte.

Pretendemos que este projecto seja capaz de se afirmar como inovador no panorama da investigação destes momentos finais da Pré-História peninsular, não

---

<sup>8</sup> Trata-se do projecto intitulado *O final da Idade do Bronze e a transição para a Idade do Ferro no Ribatejo Norte*, integrado por uma equipa de investigação multidisciplinar pertencente aos quadros do Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Aveiro, Universidade Portucalense e Universidad de Granada.

querendo com isto desvalorizar o que já foi feito até aqui. A investigação que se realiza é “filha” do seu momento e, por isso, estamos convencidos que só agora estão criadas determinadas condições “práticas” para que seja possível abordar estes temas segundo uma postura que não se limite à componente arqueológica (para não dizer arqueográfica) do processo de investigação das sociedades do passado pré-histórico. Não nos limitamos a ter em consideração aspectos estritamente materiais (condições económico-financeiras e infra-estruturas tecnológicas postas à disposição da comunidade científica), ainda que sem estes não haja boa-vontade, iniciativa ou clareza teórico-metodológica que resista; este último aspecto tem uma quota-parte fundamental num distinto modo de abordagem da Arqueologia, particularmente da Arqueologia de finais da Pré-História (ou dos inícios da Proto-História, se quisermos seguir uma linha mais tradicional). Felizmente, o nível da formação de base e da formação avançada tem vindo a ser alterado, para melhor, contribuindo decisivamente para o enterro de uma vetusta Arqueologia tradicional, cujo funeral se espera para breve.

Quais são, então, as razões de ser de um projecto de investigação para o Bronze Final e a transição para a Idade do Ferro no Ribatejo Norte? Podemos classificá-las em dois tipos, que naturalmente se interpenetram e exigem uma determinada dialéctica teórico-metodológica, mas que exigem, paralelamente, atitudes epistémicas diferenciadas: por um lado, razões arqueológicas, isto é, da necessidade do conhecimento sistemático da cultura material adscrita aos grupos integrados no período cronológico e na região em estudo; por outro lado, razões históricas, ou seja, da necessidade de contextualização, numa primeira fase, daquela sistemática da cultura material em práticas sociais que lhe confira sentido e, numa segunda fase, das práticas sociais concretas num universo mais amplo de continuidade e mudança ao nível peninsular e extra-peninsular (Ruiz-Gálvez, 1993; 1995b; 1998; Kristiansen, 1998; Jorge, 1998).

O Ribatejo Norte situa-se na parte meridional de um corredor natural que liga o Baixo Tejo e o Baixo Mondego e que, desde época romana e até aos finais do séc. XVIII, constituiu a principal via de comunicação terrestre entre Lisboa e Coimbra, através da célebre “estrada coimbrã” (Daveau, 1996, p. 117), integrando ainda, na nossa

opinião, o vale do Zêzere como via natural para o acesso às “terras altas” das Beiras. Se o centro e sul da Beira Interior formam o corredor de orientação meridiana mais ocidental da parte interior da Península Ibérica (Vilaça, 1995, p. 411), podemos afirmar que no Ribatejo Norte se localiza o corredor mais interior da região litoral atlântica, sugerindo-se um papel essencial na configuração das relações norte-sul durante a Pré-História recente, especialmente as efectuadas por intermédio da bacia do Baixo Tejo.

Os dados de que já dispomos sobre a distribuição do povoamento do Bronze Final (Fig. 1) parece indicar o controlo efectivo dos principais pontos de passagem de direcção norte-sul, quer pelo corredor natural que se abriu nas formações do Triásico e do Jurássico Inferior que bordejam a ocidente as formações do soco antigo –é o caso do sistema de povoamento que tem na Serra de Alvaiázere um eventual estruturante–, quer a oeste, pelo amplo vale superior do Nabão, escavado nas formações detríticas do Mesozoico terminal e do Cenozoico –controlado, em parte, pela Serra de Alvaiázere e tendo, a sul, a confirmar-se a ocupação do Bronze Final de Porto Velho, Ourém (Lillios, 1991, p. 92-93), um ponto estratégico à entrada do troço mais encaixado do Nabão, possivelmente apoiado no Agroal (ou ao contrário)–, quer ainda a leste, pelo vale do Zêzere, onde uma rede de povoamento tem vindo a ser detectada na área dos concelhos de Ferreira do Zêzere, Vila de Rei e Sertã, controlando o rio e as principais ribeiras suas subsidiárias (Ponte, 1994; 1995; Batata, 1997b; 1997c; Batata e Gaspar, neste volume).

Não podemos deixar de referir a probabilidade de comunicações transversais, evidentes no caso do Tejo, onde se observa uma distribuição do povoamento de finais da Idade do Bronze que integra duas modalidades bem diferenciadas, uma parecendo ocupar sistematicamente as terras férteis do vale do grande rio peninsular, à maneira dos “casais agrícolas” da região de Lisboa (Marques e Andrade, 1974; Cardoso, 1996), de que a Quinta da Pedreira, Abrantes (Félix, 1997; 1999), representa, para já, o único exemplo suficientemente estudado, a segunda constituída por alguns povoados de cumeada, de que são exemplares mais sugestivos a Fortaleza de Abrantes e, já fora do Ribatejo Norte *sensu stricto* mas localizado numa área limítrofe, o Castelo Velho do Caratão, Mação (Pereira, 1970, p. 102-131; Bübner,

1996), povoados que se afirmam como verdadeiros lugares estratégicos no controlo dos principais pontos de passagem entre o litoral e o interior através do vale do Tejo. A Fortaleza de Abrantes e o Castelo Velho do Caratão constituem fenómenos visíveis de uma estratégia de povoamento que se afigura cada vez mais recorrente no sector ocidental da Península Ibérica, uma estratégia que privilegia, acima de tudo, o controlo efectivo dos espaços-chave de circulação inter-regional (Vilaça, 1995; Gómez, 1997; Pavón, 1998; Ruiz-Gálvez, 1998), ficando ainda por definir que relação teria existido entre estes locais de altura e o povoamento eminentemente agro-pecuário de fundo de vale representado, por exemplo, pela Quinta da Pedreira. A exumação, durante a campanha de escavações de 1996 desta estação, de um fragmento cerâmico com decoração na variante de “sulcos finos brunidos” (Vilaça, 1995, p. 283), segundo um padrão geométrico de linhas oblíquas entrecruzadas, organizadas numa estreita faixa situada na base da parte inferior do bojo de um recipiente com terços inferiores de perfil troncocónico invertido (Félix, 1997, p. 36), parece sugerir uma relação de contemporaneidade, pelo menos parcial, deste tipo de solução com um povoamento de altura<sup>9</sup>.

Parece-nos também sugestiva, como área-chave no controlo dos percursos transversais entre o litoral e o interior, a região de Torres Novas-Alcanena, através de duas vias naturais fundamentais, a primeira pelos passos que se abrem a sul da Serra de Aire até à região de Rio Maior, a segunda atravessando longitudinalmente o Maciço Calcário Estremenho, desde Minde até à Batalha, por Porto de Mós<sup>10</sup>. Mais a norte, dúvidas existem sobre o potencial da área constituída pela bacia de Ourém, localizada entre o bordo setentrional do Maciço Calcário Estremenho e a região calcária de

<sup>9</sup> Cerâmicas apresentando as mesmas técnicas decorativas foram referenciadas na Fortaleza de Abrantes e no Castelo Velho do Caratão (Pereira, 1970, p. 285; Bübner, 1996, p. 69). Thomas Bübner (*Ibidem*, p. 68-70) integra a variedade de sulcos finos brunidos num suposto “Grupo de Alpiarça” que, independentemente da designação que lhe queiramos atribuir, não se afasta da realidade que tem vindo a ser observada, isto é, da sua concentração no vale do Tejo. Obviamente, estas observações são apenas isso, necessitando-se uma análise mais aprofundada sobre as características da cerâmica com decoração brunida nas várias regiões onde ela ocorre.

<sup>10</sup> Em Torres Novas-Alcanena um intenso povoamento encontra-se sugerido pelos importantes níveis do Bronze Final das grutas do “arrife” da Serra de Aire e por algumas informações ainda não confirmadas relativas à implantação de povoados na franja oriental da Serra.

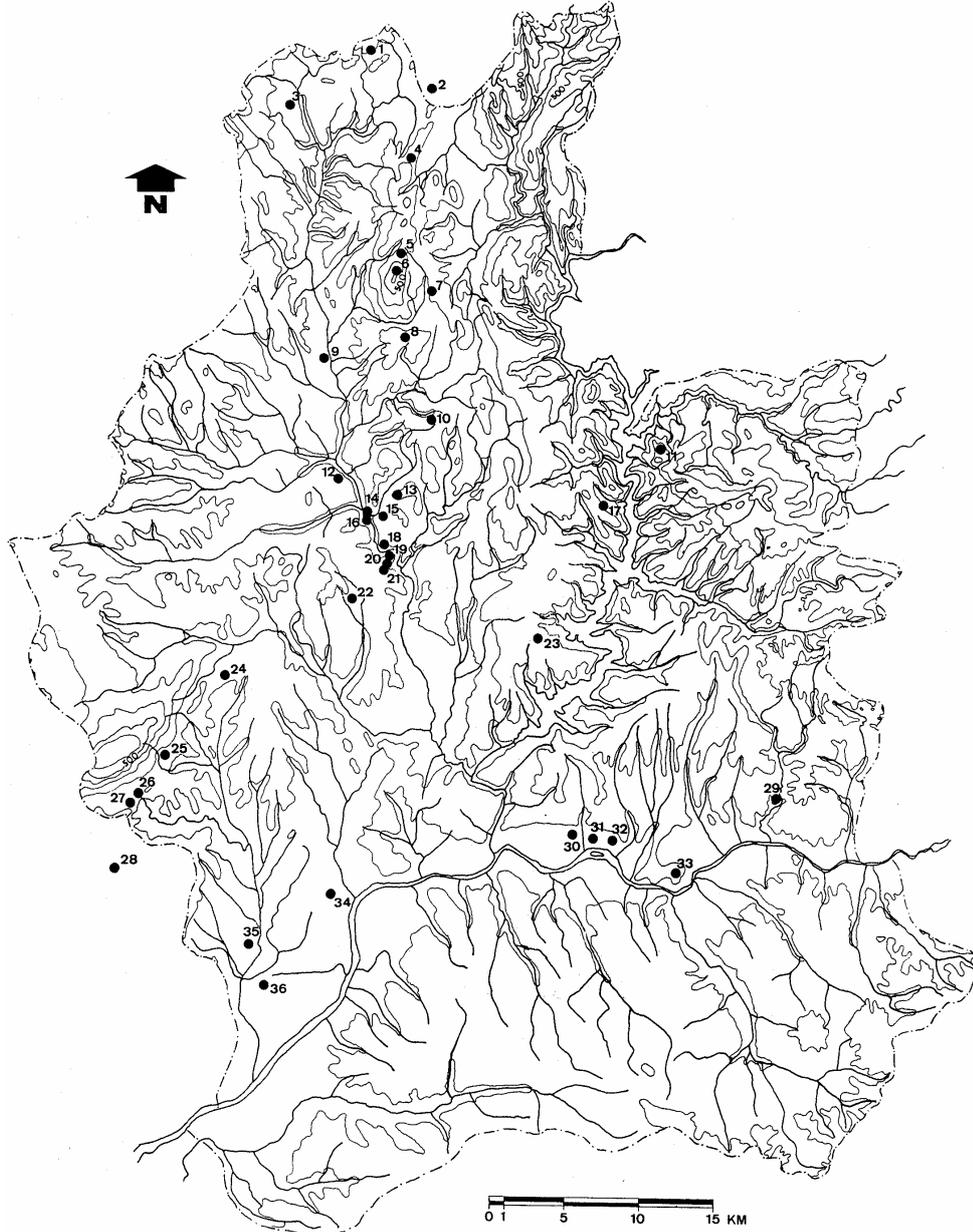
Condeixa-Sicó-Alvaiázere (Cunha, 1990), área onde não se tem registado nenhuma actividade arqueológica importante.

A confirmação ou infirmação destas sugestões terá que ser uma das tarefas de maior peso na execução do projecto, mediante a implementação de uma estratégia de prospecção adequada àqueles propósitos, combinando racionalmente metodologias intensivas e extensivas nas áreas que consideramos fulcrais –vale do Tejo (Constância e Abrantes), vale superior do Nabão (Alvaiázere e Ansião), vale do Zêzere (margem direita) e passos norte e sul do Maciço Calcário Estremenho. As informações resultantes desta estratégia, combinadas com a escavação intensiva de determinadas estações e a sondagem de outras, acrescidas dos dados que estudos mais particulares destinados à obtenção de informações sistemáticas relativas ao quotidiano e ao menos quotidiano das práticas sociais dos grupos instalados na região nos finais do II e inícios do I milénio a.C., serão as únicas que, no nosso entender, poderão dar sentido a um conjunto de manifestações que o registo arqueológico parece deixar antever e que, esperamos, possa vir a contribuir não só para um acréscimo no conhecimento de um realidade arqueológica e de um processo histórico, como para um melhor conhecimento das realidades arqueológicas e dos processos históricos.



**casadesarmento**

centro de estudos do património



**Fig. 1. Estações do Bronze Final e inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte**

1. Castelo da Torre de Vale de Todos (Torre de Vale de Todos, Ansião)
2. Castelo da Cabeça Redonda (Chão de Couce, Ansião)
3. Castelo da Lagoa Parada (Santiago da Guarda, Ansião)
4. Castelo da Serra do Mouro (Chão de Couce, Ansião)
5. Castelo de Pousaflores (Pousaflores, Ansião)
6. Serra de Alvaiázere (Alvaiázere)
7. Achados metálicos de Alvaiázere
8. Castelo de Sobral Chão (Alvaiázere)
9. Depósito da Freixianda (Freixianda, Ourém)
10. Gruta da Avecasta (Areias, Ferreira do Zêzere)
11. Cerro do Castelo (Seada, Vila de Rei)
12. Porto Velho (Formigais, Ourém)
13. Casas Velhas (Além da Ribeira, Tomar)
14. Lapa dos Furos (Formigais, Ourém)
15. Enxofreira (Além da Ribeira, Tomar)
16. Agroal (Formigais, Ourém)
17. Maxial/S. Pedro do Castro (Ferreira do Zêzere)
18. Gruta do Morgado Inferior (Além da Ribeira, Tomar)
19. Gruta do Cadaval (Pedreira, Tomar)
20. Gruta das Andorinhas (Pedreira, Tomar)
21. Gruta do Caldeirão (Pedreira, Tomar)
22. Pegões (Carregueiros, Tomar)
23. Abadia (Serra, Tomar)
24. Gruta da Rexaldia (Chancelaria, Torres Novas)
25. Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas)
26. Gruta da Nascente do Almonda (Pedrógão, Torres Novas)
27. Lapa da Bugalheira (Zibreira, Torres Novas)
28. Gruta da Marmota (Alcanena)
29. Cabeço das Mós (Sardoal)
30. Amoreira/Quinta da Légua (Rio de Moinhos, Abrantes)
31. Achado metálico da Quinta do Vale do Zebro (Rio de Moinhos, Abrantes)
32. Quinta da Pedreira (Rio de Moinhos, Abrantes)
33. Fortaleza de Abrantes (Abrantes)
34. Entroncamento (Entroncamento)
35. Quinta das Ferrarias (Santa Maria, Torres Novas)
36. Barreiros/Casal da Comenda (Riachos, Torres Novas)

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1975) – La céramique commune locale et régionale. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion de Bocard, vol. V.
- (1996) – O primeiro milénio a.C.. In *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.*. Lisboa: IPM/MNA, p. 15-30.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC.
- (1989) – Arqueología e Historia Antigua: el proceso protoorientalizante y el inicio de los contactos de Tartesos con el Levante mediterráneo. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M.; MARTÍNEZ PINNA, J., eds. – *Estudios sobre Antigüedad en homenaje al Profesor Santiago Montero Díaz*. Madrid: Complutense, p. 277-288.
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O.V. (1958) – Antiguidades de Torres Novas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 31, p. 214-217
- ARRUDA, A.M. (1995) – O Oriente no Ocidente. In MEDINA, J., ed. – *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, vol. II, p. 17-44.
- AUBET SEMMLER, E. (1994) – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Crítica.
- BATATA, C. (1997<sup>a</sup>) – *As origens de Tomar: carta arqueológica do concelho*. Tomar: CEPPT.
- (1997b) – A primeira datação por Carbono 14 da estação arqueológica do Cerro do Castelo (Seada, Vila de Rei). *Boletim Informativo da Câmara Municipal de Vila de Rei*. Vila de Rei. 26, p. 27.
- (1997c) – A Sertã na transição entre a Pré-História recente e a Proto-História. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu, 5, p. 163-167.
- BATATA, C.; BERNARDES, J.P.; FERNANDES, L.; MATOS, O.; PONTE, S. (1993) – ‘Sellium’ na História Antiga Peninsular. In *II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, p. 511-549.

- BATE, L.F. (1998) – *El proceso de investigación en Arqueología*. Barcelona: Crítica.
- BRADLEY, R. (1990) – *The passage of arms: an archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BÜBNER, T. (1996) – A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal. In *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.*. Lisboa: IPM/MNA, p. 66-72.
- CALADO, M. (1995) – A Idade do Bronze. In MEDINA, J., ed. – *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, vol. I, p. 327-353.
- CARDOSO, J.L. (1994) – Do Paleolítico ao Romano: investigação arqueológica na área de Lisboa: os últimos 10 anos: 1984-1993. *Al-madan*. Almada. II Série, 3, p. 59-74.
- (1995<sup>a</sup>) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 48.
- (1995b) – Os povoados do Bronze Final a norte do estuário do Tejo. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 126.
- (1995c) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- (1996) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.*. Lisboa: IPM/MNA, p. 73-81.
- CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 193-206.
- CARREIRA, J.R. (1996<sup>a</sup>) – As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze da Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 91-112.
- (1996b) – Materiais da Idade do Bronze da Gruta da Nascente do Almonda (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 113-123.
- CASTRO, M.J.M. (1973) – *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Tomar*. Faculdade de Letras de Lisboa (Dissertação de Licenciatura, polic.).
- CASTRO MARTÍNEZ, P.V.; LULL, V.; MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria reciente de la Península Ibérica (c. 2800-900 cal ANE)*. Oxford: Tempus Reparatum (BAR International Series 652).

- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.
- CORREIA, V.H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 229-283.
- CRUZ, A.R. (1997<sup>a</sup>) – *Vale do Nabão: do Neolítico à Idade do Bronze*. Tomar: CEIPHAR.
- CRUZ, A.R.; OOSTERBEEK, L. (1985) – A Gruta do Cadaval: elementos para a Pré-História do vale do Nabão. In *Arqueologia na região de Tomar*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar, p. 61-76.
- CRUZ, D.J. (1997b) – A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 5, p. 85-109.
- CUNHA, L. (1990) – *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere: estudo de Geomorfologia*. Coimbra: INIC.
- DAVEAU, S. (1996) – *Portugal geográfico*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- DUBY, G. (1980) – *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FABIÃO, C. (1993) – O passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., ed. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. I, p. 76-299.
- FÉLIX, P. (1993) – A região nabantina no final da Pré-História: algumas considerações acerca do estudo do povoamento do I milénio a.C.. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar. 19, p. 237-254.
- (1997) – O final da Idade do Bronze no Médio Tejo: Quinta da Pedreira (Abrantes): notícia de 2 campanhas de escavações arqueológicas (1994 e 1996). *Al-madan*. Almada. II Série, 6, p. 33-37.
- (1999) – *Quinta da Pedreira (Rio de Moinhos, Abrantes): resultados parciais das escavações realizadas (1994-1998)*. Comunicação apresentada ao Congresso *A investigação no Ensino Superior Politécnico* (Santarém, 19-20 de Maio de 1999).
- GÓMEZ TOSCANO, F. (1997) – *El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana y el Guadalquivir: el territorio y su ocupación*. Huelva: Universidad de Huelva.
- GONÇALVES, V.S. (1972) – Uma nova necrópole da Idade do Bronze: a Gruta da Marmota. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III Série, 6, p. 213-218.

- HAWKES, C.F.C. (1952) – Las relaciones en el Bronce Final entre la Península Ibérica y las Islas Británicas con respecto a Francia y la Europa Central y Mediterránea. *Ampurias*. Barcelona. 14, p. 81-119.
- HIRTH, K.G. (1978) – Interregional trade and the formation of prehistoric gateway communities. *American Antiquity*. Washington DC. 43, p. 35-45.
- JORGE, S.O. (1990) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In SERRÃO, J.; MARQUES, A.H.O., eds. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, p. 213-251.
- (1995) – Introdução. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 16-20.
- ed., (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: IPA.
- JORGE, V.O.; JORGE, S.O. (1996) – Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 36, p. 143-158.
- KALB, P. (1977) – Uma data de C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III Série, 7, p. 141-144.
- (1978) – Senhora da Guia, Baiões: die Ausgrabung 1977 auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madri der Mitteilungen*. Heidelberg. 19, p. 112-138.
- (1980) – O Bronze Atlântico em Portugal. In *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães, vol. I, p. 113-120.
- KALB, P.; HOCK, M. (1979) – Escavações na necrópole de mamoaas “Fonte da Malga”, Viseu, Portugal. *Beira Alta*. Viseu. 38: 3, p. 593-604.
- (1988) – O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*. Porto. 17, p. 193-200.
- KRISTIANSEN, K. (1998) – *Europe before History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KUNST, M. (1995) – A Idade do Bronze na Estremadura. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 124-125.

- LILLIOS, K.T. (1991) – *Competition to fission: the Copper to Bronze Age transition in the lowlands of West-Central Portugal (3000-1000 BC)*. Yale University (PhD Thesis, polic.).
- MACWHITE, E. (1951) – *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J.L.M.; RAPOSO, L.; PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras): notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III Série, 6, p. 207-212.
- MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça: as estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto: Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território português: 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, vol. I, p. 125-148.
- MATEUS, J.; QUEIROZ, P. (1984) – Gruta da Avecasta. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 92-93.
- MONTEAGUDO GARCÍA, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C.H. Beck's Verlag.
- NOGUEIRA, A.M.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1941) – Primeiras pesquisas na Gruta do Almonda. *Brotéria*. Lisboa. 32: 1, p. 67-68.
- OOSTERBEEK, L. (1997) – *Echoes from the East: Late Prehistory of the North Ribatejo*. Tomar: CEIPHAR.
- PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Notas sobre a Lapa da Bugalheira. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*. Lisboa. 13: 2, p. 116-119.
- (1947) – Gruta da nascente do rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11: 1-2, p. 171-187.
- (1957) – Lapa da Bugalheira (Torres Novas). In *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, p. 355.

- PAÇO, A.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O.V. (1971) – Resultado das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 55, p. 23-48.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998) – *El tránsito del II al I milenio a.C. en las cuencas medias de los ríos Tajo y Guadiana: la Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- PEREIRA, M.A.H. (1970) – *Monumentos históricos do concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal de Mação.
- PLÁCIDO SUÁREZ, D.; ALVAR EZQUERRA, J.; GONZÁLEZ-WAGNER, C. (1993) – *La formación de los estados en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: Editorial Síntesis.
- PONTE, S. (1994) – Uma foice da Idade do Bronze de S. Pedro do Crasto (Ferreira do Zêzere). *Portugalia*. Porto. Nova Série, 15, p. 155-158.
- (1995) – Achegas para a carta arqueológica – Tomar. *Portugalia*. Porto. Nova Série, 16, p. 291-303.
- ROCHA, A.S. (1899-1903) – Vestígios da Época do Bronze em Alvaiázere. *Portugalia*. Porto. 1, p. 135-136.
- (1904) – Materiais para o estudo da Época do Bronze em Portugal. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1, p. 13-14.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984) – *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Universidad Complutense de Madrid (Dissertação de Doutoramento, polic.).
- (1993) – El occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterráneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce. *Complutum*. Madrid. 4, p. 41-68.
- (1995<sup>a</sup>) – Cronología de la Ría de Huelva en el marco del Bronce Final de Europa Occidental. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. – *Ritos de paso y puntos de paso: la Ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo*. Madrid: Editorial Complutense, p. 79-83.
- (1995<sup>b</sup>) – El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad

- del Hierro. In RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M., ed. – *Ritos de paso y puntos de paso: la Ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo*. Madrid: Editorial Complutense, p. 129-155.
- (1998) – *La Europa atlántica en la Edad del Bronce: un viaje a las raíces de la Europa Occidental*. Barcelona: Crítica.
- SANTOS, M.F. (1985) – Buraca da Moura. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, p. 121.
- (1987) – Buraca da Moura. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 86-87.
- SENNA-MARTÍNEZ, J.C. (1995<sup>a</sup>) – O povoado do Cabeço do Crasto de S. Romão. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 61-65.
- (1995b) – The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view. In LILLIOS, K.T., ed. – *The origins of complex societies in the Late Prehistoric Iberia*. Ann Harbor: International Monographs in Prehistory, p. 64-94.
- (1995c) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 118-122.
- (1995d) – No alvorecer da vida urbana: Bronze Final e presenças orientalizantes no centro de Portugal. In *Portugal e o Mundo: do passado ao presente*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 63-84.
- SENNA-MARTÍNEZ, J.C.; VALERA, A.C. (1995) – O Buraco da Moura de S. Romão. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: IPM/MNA, p. 50-53.
- SERRÃO, E.C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa, vol. I, p. 337-359.
- (1970) – As cerâmicas de “retícula brunida” das estações arqueológicas espanholas e com “ornatos brunidos” da Lapa do Fumo. In *I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. II, p. 271-308.
- SILVA, A.C.F. (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico de Sanfins.
- SILVA, A.C.F.; GOMES, M.V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

- SILVA, A.C.F.; SILVA, C.; LOPES, A.B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão)*. Porto. p. 73-109.
- SOARES, A.M.M.; CARDOSO, J.L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura: die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.
- SPINDLER, K.; BRANCO, A.C.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O.V. (1973-74) – Le monument à coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-153.
- VASCONCELLOS, J.L. (1917) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22, p. 107-169.
- VAZ, J.L.I. (1987) – *Roteiro arqueológico do concelho de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- (1990) – *Quatro datações C14 para o Bronze Final português*. Comunicação apresentada ao *II Colóquio Arqueológico de Viseu* (Viseu, 1990).
- VICENT GARCÍA, J.M. (1985) – Un concepto de metodología: hacia una definición epistemológica diferencial de Prehistoria y Arqueología. In *II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia, Prehistoria y Arqueología*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 55-72.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão: o Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR.
- ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (1991) – A Arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas): resultados das escavações de 1988-89. In *IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 161-171.